

Ler e estudar Gramsci no novo milênio¹

Joseph Buttigieg

Professor da Universidade de Notre Dame (Estados Unidos) e
presidente da International Gramsci Society

¹ Tradução de Daniela Mussi. Conferência apresentada no Colóquio Internacional Antonio Gramsci realizado em Campinas (SP) em agosto de 2017.

Ler e estudar Gramsci no novo milênio

Resumo: Antonio Gramsci experimentou diretamente e sob um enorme custo pessoal o colapso da democracia e o estabelecimento de um estado absoluto na Itália. Seu pensamento e sua obra, neste sentido, precisam ser pensados no encontro do marxismo com a defesa da democracia. Para levar adiante hoje este tipo de crítica política que encontramos em Gramsci, é preciso conduzir a mesma pesquisa paciente e minuciosa que ele realizou – e ainda mais, já que muitas mudanças se deram ao longo das décadas nos meios de disseminação da informação e nas infinitas e mais intrincadas formas nas quais esta é manipulada, condicionada financeiramente, disposta tecnologicamente, etc. Trata-se de um desafio de maior urgência pois, como Gramsci assinalou, a luta pelos organismos da opinião pública não é nada menos que a luta pelo monopólio do poder que, como estamos vendo em muitos países, incluindo os Estados Unidos, ameaça hoje a própria democracia.

Palavras-chave: 1. Antonio Gramsci; 2. Marxismo; 3. Democracia

Reading and studying Gramsci in the New Millenium

Abstract: Antonio Gramsci experienced directly and at enormous personal cost the collapse of democracy and the establishment of an absolute state in Italy. His thinking and his work in this sense need to be thought of in the encounter of Marxism with the defense of democracy. To carry out this type of political criticism that we find in Gramsci today, it is necessary to conduct the same patient and thorough research that he carried out - and still more, since many changes have occurred throughout the decades in the means of information dissemination and in the infinites and more intricate ways in which it is manipulated, financially conditioned, technologically disposed, and so on. This is a more urgent challenge because, as Gramsci pointed out, the struggle for the bodies of public opinion is nothing less than the struggle for the monopoly of power which, as we are seeing in many countries, including the United States, threatens today the democracy itself.

Keywords: 1. Antonio Gramsci; 2. Marxism; 3. Democracy

Em nome da *International Gramsci Society* (IGS) eu gostaria de agradecer os organizadores e financiadores desta conferência, os representantes da IGS-Brasil (incluindo Giovanni Semeraro e os representantes de comitês e conselhos) e a Universidade Estadual de Campinas, o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (particularmente Alvaro Bianchi e seus colegas) que tornaram possível para todos nós esta reunião de quatro dias para discutir, trocar ideias e compartilhar *insights* a respeito da vida e obra de Antonio Gramsci.

Esta é a segunda vez que um encontro da *International Gramsci Society* é realizado no Brasil. A primeira vez foi entre 19 e 21 de setembro de 2001, no Rio de Janeiro. Naquela ocasião, a reunião foi relegada às admiráveis habilidades organizacionais de Andrea de Paula Teixeira e à orientação intelectual de Carlos Nelson Coutinho, um dos fundadores da IGS cuja perda deixou grande lacuna no mundo dos estudos gramscianos e além. Naquela ocasião, como hoje, o congresso atraiu centenas de participantes de todo mundo, especialmente do Brasil e países da América Latina e foi uma manifestação tangível da difusão do interesse em Gramsci no subcontinente.

Então, como hoje, a situação política era extremamente tensa; o encontro aconteceu menos de dez dias depois dos ataques mortais da Al Qaeda nos Estados Unidos, momento em que um sentimento de crise se espalhava pelo mundo. Com a queda recente das torres do *World Trade Center* em Nova Iorque – as equipes de emergência ainda contavam os mortos – os participantes da conferência do Rio de Janeiro (como todos ao redor do mundo) lutavam para entender o significado e as possíveis consequências dos ataques devastadores aos cidadãos norte-americanos por forças alheias a qualquer estado-nação. De uma coisa todos tinham certeza: as declarações triunfantes sobre “o fim da história” e a emergência de um novo mundo inspirado pelos eventos de 1989 não apenas eram prematuras, mas absurdas.

Hoje, 15 anos depois daquela conferência no Rio, nos encontramos uma vez mais diante de crises agudas em múltiplos espaços: guerras e ameaças nucleares, nacionalismos revanchistas e xenofóbicos, conflitos raciais e étnicos, deslocamentos demográficos massivos, desigualdades sociais de proporções surpreendentes, deterioração ecológica acelerada, etc. Ao invés da história encontrar seu ponto culminante na ordem mundial neoliberal, testemunhamos em muitos países o recuo da democracia e a degeneração profunda da sociedade civil – fenômenos que são, não é preciso dizer, quase sempre inseparáveis.

Em tempos como estes é extremamente difícil – ou mesmo impossível – para quem lê Gramsci não indagar como o estudo de seus conceitos e teorias pode ajudar a compreender e interpretar o confuso cenário social, político e cultural no qual nos encontramos. Em 2001, o tema geral da conferência do Rio – “Ler Gramsci, entender a realidade” – afirmava explicitamente a continuação da relevância de Gramsci e muitas das apresentações orais de fato fizeram uso de suas teorias e categorias para interpretar os fenômenos políticos, sociais, econômicos e culturais imediatos.

Apesar disso, é extremamente importante ser prudente e estar em alerta crítico ao lidar com a aplicação direta das ideias e conceitos que derivam de Gramsci em um mundo afastado daquele no qual este viveu. O mesmo segue verdadeiro sempre que nos deparamos com esforços para demonstrar a continuação da relevância de Gramsci. Muitas vezes no passado estes exercícios acarretaram distorções e interpretações equivocadas – às vezes sem intenção, outras motivadas ideologicamente – que tiveram grande circulação em muitos lugares e se tornaram difíceis de corrigir.

A IGS foi fundada em 1989, na conferência internacional sobre “Gramsci no mundo”, organizada pela *Fondazione Istituto Gramsci* e realizada na cidade de Fórmia (Itália). Esta se deu em um tempo em que o debate sobre a relevância de Gramsci se intensificou pelos dramáticos eventos que rapidamente transformavam a configuração política do continente europeu. Com a brutal supressão dos protestos da Praça Celestial, a ascensão do Solidariedade na Polônia, a derrocada do governo de partido único comunista na Hungria e Tchecoslováquia um pouco antes no mesmo ano, bem como a forte resistência civil no leste da Alemanha, todo discurso político se voltava para a democracia, enquanto o colapso ou descrédito dos regimes comunistas eram equacionados

com a consignação do marxismo à lata de lixo da história. Apesar do registro e credenciais democráticos, também o Partido Comunista Italiano mergulhou em uma crise existencial que impôs a questão se seu membro fundador e símbolo intelectual, Antonio Gramsci, possuía alguma significância além daquela de mártir simbólico do antifascismo.

Alguns sustentaram que Gramsci havia se tornado irrelevante; entre estes, um antigo diretor do *Istituto Gramsci*, Aldo Schiavone, declarou que Gramsci era um clássico da teoria política cujo pensamento, assim como o de Maquiavel, Hobbes, Weber e Locke, não se adequava mais aos nossos tempos. (Esta é uma posição esquisita se considerarmos que a maior parte dos pensadores clássicos mencionados mantiveram importância crucial para os intelectuais, oferecendo suporte teórico para a maior parte das correntes políticas hoje. Os neoconservadores straussianos nos Estados Unidos, por exemplo, gastaram enorme quantidades de energia refutando Maquiavel, enquanto os liberais libertários são leitores ávidos de Locke).

Até mais surpreendente que Schiavone, contudo, foram os que tentaram afirmar a relevância de Gramsci dissociando suas ideias da tradição marxista e vinculando seu pensamento a figuras não socialistas/comunistas na história das ideias. Biagio de Giovanni, por exemplo, procurou estabelecer afinidades entre Gramsci e o filósofo do fascismo italiano, Giovanni Gentile; Giacomo Marramao declarou ter encontrado similaridades entre Gramsci e Carl Schmitt, o virulento jurista antisemita do Terceiro Reich; Claudia Mancina vinculou Gramsci à teoria psicanalítica freudiana. Outras interpretações gramscianas do mesmo período tentaram aproximar Gramsci do pós-modernismo e da desconstrução derridiana em voga, notavelmente a obra de Chantal Mouffe e Ernesto Laclau, *Hegemonia e estratégia socialista* (1985), que se propôs a corrigir um suposto essencialismo gramsciano para tornar suas ideias adequadas a um presente no qual a ideia do partido político havia se tornado obsoleta.

A conferência de Fórmia expôs de maneira de clara o que poderia ser chamado de “paradoxo de Gramsci”. Ela evidenciou amplamente a disseminação global e o estudo amplificado do trabalho de Gramsci justamente em um momento em que o marxismo parecia estar em um beco sem saídas e a maioria dos pensadores e teóricos marxistas se encontravam marginalizados.

Este paradoxo possui uma explicação, a saber, o fato de que Gramsci é um pensador democrático; alguém que examine seus escritos com cuidado percebe que seu pensamento pertence, ao mesmo tempo, à tradição marxista e democrática da Europa ocidental. Infelizmente, contudo, entre o final dos anos 1980 e a década de 1990, inúmeras tentativas de tratar a atualidade de Gramsci o dissociaram do partido político que havia fundado e o converteram em um tipo de pós-marxista ou socialdemocrata cujas posições não seriam incompatíveis com o neoliberalismo que emergia nestes anos. Não há melhor ilustração de como estes esforços errôneos distorceram o trabalho de Gramsci – a ponto de torna-lo irreconhecível aos que já eram familiarizados com seu pensamento – que a antologia editada por Marcello Montanari e publicada pela editora Einaudi em 1997, *Pensare la democrazia. Antologia dei Quaderni del carcere* [Pensar a democracia: antologia dos Cadernos do Cárcere].

Também em 1997 a IGS realizou sua primeira convenção em Nápoles graças em grande medida aos esforços a IGS-Italia e, em particular, de Giorgio Baratta e Guido Liguori. Naquele momento, a democracia seguia como tema dominante, mas ao invés de dissociar Gramsci da tradição marxista para destacar o aspecto democrático de seu pensamento, a maior parte dos conferencistas destacou as maneiras por meio das quais Gramsci ofereceria instrumentos para repensar o marxismo e a relação entre socialismo e democracia. Assim, por exemplo, em sua apresentação Carlos Nelson Coutinho lembrou a importância da teoria gramsciana do estado integral – uma teoria que não apenas constitui o fundamento de seu conceito de hegemonia e sociedade civil, mas também o distingue claramente da tradição liberal clássica que insiste na separação entre estado (entendido como aparato de governo ou o que Gramsci chamou por sociedade política) e sociedade civil. A apresentação foi uma forma de mostrar o trabalho de Gramsci como uma valiosa abordagem alternativa para a análise da democracia sem estar separado do pensamento marxista, e muito menos se confundir com o liberalismo. Não foi uma coincidência, claro, que estas reflexões fossem promovidas por Carlos Nelson Coutinho pois – como a maior parte dos acadêmicos da América Latina – ele reconhecia e apreciava há muito o valor do trabalho de Gramsci em oferecer um núcleo teórico para a crítica democrática do estado autoritário e/ou repressivo.

Uma crítica que não se apoia e na verdade refuta a visão padronizada de que a democracia estaria inevitavelmente atrelada ao capitalismo e ao liberalismo.

Eu gostaria de fazer algumas observações adicionais sobre a convenção da IGS realizada em 1997 na cidade de Nápoles, mas antes vou me permitir uma digressão para pontuar o lugar especial que a América Latina ocupa na história dos estudos gramscianos. A América Latina possui sua tradição gramsciana própria que data do início dos anos 1950, quando um grupo de jovens comunistas argentinos, liderados por Héctor Agosti, embarcou em um ambicioso projeto de traduzir a edição italiana temática dos cadernos do cárcere. Esta tradução foi publicada entre 1958 e 1962 pela Editorial Lautaro, a editora do Partido Comunista da Argentina (PCA) que havia publicado anteriormente a tradução das cartas da prisão em 1950. Alguns membros do grupo – entre eles José Aricó e Juan Carlos Portantiero, que viriam a escrever livros importantes e influentes sobre Gramsci – se converteram em proponentes de uma renovação radical da esquerda e cada vez mais críticos da doutrina oficial do PCA. Eles publicaram importantes ensaios na revista *Passado y Presente* que manifestava uma forte afinidade com o pensamento gramsciano. Seu impacto inicial foi limitado, mas a tradução dos escritos da prisão foram um passo significativo para a disseminação de Antonio Gramsci na América Latina.

Uma tradução para o português das cartas da prisão foi publicada em 1966 pela editora Civilização Brasileira, seguida dois anos depois por três volumes dos cadernos do cárcere – dois deles editados e traduzidos por Coutinho. Na Europa (com exceção da Itália) e América do Norte pouco se conhecia sobre os aspectos originais do pensamento de Gramsci até meados dos anos 1970, quando foram realizadas traduções substanciais e confiáveis de seus escritos. Mesmo então, o impacto das ideias de Gramsci não se estendeu muito além da academia e de pequenos círculos de ativistas de esquerda. No mesmo período, muitos intelectuais latino-americanos politicamente engajados foram exilados pelos regimes ditatoriais. Para eles, a relevância de Gramsci possuía uma dimensão existencial. Como ele, eles precisavam enfrentar uma derrota catastrófica e os escritos gramscianos os inspirava a pensar as relações entre socialismo e democracia. Coutinho foi um dos participantes ativos deste processo, e por isso suas observações sobre um conceito radical de democracia

na apresentação de Nápoles (e em outras publicações) oferecem um interesse especial.

É importante notar que o que estimulou um número de esquerdistas da América Latina a se voltarem para Gramsci foi, antes de mais nada, a disponibilidade de seu trabalho traduzido. Isto foi o que tornou possível o estudo cuidadoso dos escritos de Gramsci que, por sua vez, se desenvolveu em uma ruptura com as ortodoxias comunistas ossificadas e na articulação de novas abordagens políticas especificamente democráticas e resistentes às seduções do liberalismo e capitalismo. Durante convenção da IGS em Nápoles uma das coisas mais importantes que ocorriam em paralelo às apresentações formais era a discussão entre acadêmicos de várias partes do mundo a respeito de projetos de tradução que pudessem tornar o *corpus* gramsciano o mais acessível possível por meio de edições filologicamente críticas e rigorosas. Estas discussões partiam da preocupação compartilhada da necessidade urgente de retornar ao texto de Gramsci e estudá-lo integral e minuciosamente – e que era importante formar grupos de pesquisadores que pudessem se reunir para discutir a obra de Gramsci de uma forma cientificamente disciplinada. O instrumento básico para levar adiante estes projetos já estava disponível há duas décadas – i.e. a edição crítica dos *Quaderni del carcere* (1975), de Valentino Gerratana – mas isto não interrompeu as apropriações e interpretações equivocadas, as leituras seletivas e os abusos instrumentais do texto de Gramsci. As distorções eram abundantes não apenas nas instâncias que já mencionei, como também na conferência internacional sobre Gramsci realizada em Cagliari no mesmo ano (1997) sob os auspícios da *Fondazione Istituto Gramsci*. Nesta ocasião, o uso seletivo (e nada inocente), por Massimo D'Alema, das notas gramscianas sobre Americanismo e Fordismo para realizar a defesa do neoliberalismo foi, talvez, o mais exemplo mais flagrante do desdém pela integridade filológica. Em todo caso, se tornara evidente que a tarefa mais urgente para os pesquisadores de Gramsci era retornar ao texto e estudá-lo com o rigor e a probidade característicos de seu autor.

As discussões informais que tiveram lugar na convenção de Nápoles eram os primeiros sinais da renovação – alguém poderia dizer até transformação – experimentada pelos estudos gramscianos nas décadas que se seguiram à edição Gerratana. As atividades e iniciativas da IGS-Italia lideraram o que podemos

chamar hoje de *era de ouro* da filologia gramsciana. Iniciada em 2001, a IGS-Italia organizou um seminário regular em Roma que reuniu pesquisadores experientes e jovens de todo o país para discutir e estudar conjuntamente conceitos específicos apresentados e desenvolvidos por Gramsci nos *Cadernos*. O primeiro resultado dos seminários foi publicado em um volume editado por Fabio Frosini e Guido Liguori intitulado *Le parole di Gramsci. Per un lessico dei Quaderni del carcere* (2004) [As palavras de Gramsci. Para um léxico dos Cadernos do Cárcere]. O volume continha ensaios detalhados de treze temas proeminentes dos *Cadernos*, como Americanismo (Giorgio Baratta), filosofia da práxis (Fabio Frosini), hegemonia (Giuseppe Cospito), estado e sociedade civil (Guido Liguori) e revolução passiva (Pasquale Voza). Além de iluminar estes conceitos-chave, os autores dos ensaios – ao prestarem atenção detida à emergência, elaboração, modificação e contexto dos mesmos no interior dos *Cadernos* – demonstravam como era preciso conduzir, na prática, uma análise filológica rigorosa do completo texto de Gramsci.

O projeto ambicioso foi continuado nos anos seguintes, culminando na publicação, em 2009, do *Dizionario gramsciano: 1926-1937* [Dicionário Gramsciano: 1926-1937], editado por Guido Liguori e Pasquale Voza. Este é um volume impressionante, de inestimável valor para leitores de Gramsci em todos os níveis. Suas novecentas páginas contém mais de 600 entradas de diferentes tamanhos, dependentes do peso relativo de cada conceito, termo ou nome tratado. Em virtude da análise minuciosa que oferece de cada conceito ou termo, bem como pelo rigor com que chama atenção para o tecido intrincado de múltiplos fios da pesquisa que Gramsci realizou em seu laboratório na prisão, o *Dizionario Gramsciano* é um volume de acompanhamento indispensável para a edição crítica dos *Cadernos*. Traduzido em outras línguas, certamente será responsável pela geração de novas ideias e perspectivas a respeito do pensamento de Gramsci ao redor do mundo.

Outra publicação importante que permite aos leitores um melhor entendimento, concreto e tangível, de como Gramsci usou e escreveu seus cadernos – ou seja, o sistema e métodos nada óbvios de organização que empregou para organizar os vários aspectos de seu projeto – e que também oferece um sentido de materialidade ao texto gramsciano, também veio à luz em 2009. A edição anastática em vários volumes dos manuscritos dos *Cadernos*,

publicada com apoio financeiro do jornal *Unione Sarda*, possui ensaios introdutórios valiosos de seu principal editor, Gianni Francioni, e seus colaboradores Giuseppe Cospito e Fabio Frosini, e que explicam a cronologia nada linear de composição dos diversos cadernos e partes que os compõem. Esta publicação vai além ao permitir ao leitor sério uma compreensão melhor mais confiável do programa extraordinariamente amplo e original de estudo e pesquisa de Gramsci na prisão. Esta não é uma edição fac-símile e, por este motivo, algumas características físicas do original não podem ser percebidas – a cor da tinta, a qualidade do papel, a variação no tamanho dos cadernos individuais, etc. A produção de uma edição fac-similar, contudo, teria seu custo elevado e, conseqüentemente, apenas as bibliotecas mais ricas seriam capazes de adquiri-la, enquanto que a edição anastática é acessível para acadêmicos, estudantes e outros leitores interessados. A edição anastática dos manuscritos dos *Cadernos*, ao lado do *Dicionário Gramsciano*, encorajam e tornar muito mais fácil para estudantes e pesquisadores prestar atenção aos aspectos diacrônicos do texto de Gramsci e, ao fazer isso, também permitem uma apreciação de seu método. Os mais refinados e assíduos filólogos e acadêmicos especializados se beneficiam, ainda, da publicação da *Edizione Nazionale* [Edição Nacional] de todo o *corpus* gramsciano, composta por vários volumes dos quais alguns já saíram.

A virada filológica nos estudos gramscianos não é representada exclusivamente pelos três projetos principais que acabo de mencionar; ela também aparece refletida em muitas publicações e artigos dos últimos quinze anos. Tampouco ela é um fenômeno inteiramente italiano. As referências bibliográficas que ilustram este fenômeno são muito numerosas para serem listadas aqui, mas podem ser facilmente acessadas em muitos websites, incluindo o da IGS-Brasil, IGS-Italia e do *Istituto Fondazione Gramsci*. Isto não quer dizer, contudo, que esteja descartado o velho hábito de embarcar em expedições de pescaria no texto de Gramsci e procurar por fragmentos aqui e ali que poderiam, juntos, oferecer suporte a certas ideias ou reforçar certos argumentos. Tampouco o trabalho filológico escrupuloso que mencionei desfaz por completo o efeito danoso causado por interpretações equivocadas – erradas não pois alguém discorda delas, mas por serem passíveis de refutação por uma

análise informada do texto de Gramsci – que tiveram ampla circulação e continuam a ter autoridade.

Apenas para citar um exemplo: o ensaio de Perry Anderson, “The Antinomies of Antonio Gramsci” [As antinomias de Antonio Gramsci], publicado em 1976. O principal argumento de Anderson sobre as ambiguidades inelutáveis e, em última análise, irreparáveis inerentes à formulação gramsciana do conceito de hegemonia foram completamente refutadas há muitos anos atrás por Gianni Francioni no livro *L’Officina gramsciana* [A Oficina Gramsciana], em 1984, e novamente no texto mais recente de Peter Thomas, *The Gramscian Moment* [O momento gramsciano], de 2009. Apesar disso, a leitura de Anderson sobre Gramsci ainda é erroneamente vista como um ponto de referência válido em muitos textos sobre Gramsci, especialmente – mas não exclusivamente – no mundo anglófono. Noções pré-concebidas e *idées reçues* são, muitas vezes, demasiadamente internalizadas para serem erradicadas por contra-argumentos baseados em análises técnicas detalhadas dos textos.

Apesar disso, o que eu chamei por virada filológica nos estudos gramscianos deverá, certamente, ter efeito em animar e permitir mais leituras atentas do trabalho de Gramsci que poderão, por sua vez, levar a análises profundas de aspectos até agora ignorados (ou estudados insuficientemente). De fato, isto já está acontecendo, por exemplo, na ampliação da atenção às observações de Gramsci sobre a língua e linguística e que tem permitido ideias originais e penetrantes sobre sua concepção de tradução e processos de tradutibilidade.

À primeira vista, pode parecer que estes desenvolvimentos significativos no corpo acadêmico inspirado por Gramsci tenham, como consequência adversa, seu sequestro para dentro dos muros da Universidade, ou mesmo sua despolitização e distanciamento da arena da contestação política atual e concreta. Se isto acontecesse seria uma perversão, uma traição ao legado de Gramsci, pois o que o distingue da maior parte dos importantes teóricos cujo trabalho continua a ser estudado e ensinado é ter sido um líder político ativo. Mesmo o trabalho intelectual conduzido no isolamento da prisão é político de maneiras longe de serem abstratas. (De fato, Benedetto Croce e outros que corretamente identificaram o impulso político dos *Cadernos* argumentaram que Gramsci não deveria ser considerado filósofo, tomando como base o argumento

absurdo de que o filósofo conduz seu trabalho de Olimpo e deixa de ser filósofo uma vez que desça para a Ágora. Sobre isto é interessante ler novamente as anotações de Gramsci sobre a diferença entre Francesco De Sanctis e Croce no *Caderno 23*, §3).

Não é, contudo, o estudo sério e filológico da obra de Gramsci o que ameaça torna-lo irrelevante politicamente mas os esforço mal orientados – e em alguns casos ideologicamente motivados – de converter suas ideias e visões originais compatíveis com o liberalismo *mainstream* ou o neoliberalismo ao invés de alternativas a estes.

Estudar a obra de Gramsci com o mesmo rigor com que se tratada os grandes clássicos não necessariamente o mumifica, como alguns temiam algumas décadas atrás em polêmicas sobre se Gramsci deveria ou não ser considerado um clássico. Para uma abordagem exemplar desta questão é importante retomar o texto *Problemi di metodo* [Problemas de método], de Valentino Gerratana, no qual aparece citada a definição de Italo Calvino do clássico como “um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer”. Calvino também observou que “clássicos são livros que, quanto mais se julga conhecê-los por ouvir falar, mais se descobrem como novos, inesperados e inéditos quando lidos de fato”.

A virada filológica nos estudos gramscianos destaca, precisamente, a necessidade de ler o texto de Gramsci de maneira atenta e em sua integralidade, não de maneira seletiva e oportunista. Ela também permite apreciar como Gramsci conduziu seus estudos, como se abordou o desafio da análise crítica e elaboração teórica. Quanto mais se estuda os escritos de Gramsci de perto – particularmente os escritos carcerários que, por muitas razões, incluindo sua forma única, exigem cuidado filológico e hermenêutico – mais cedo se abandona o mau hábito de procurar nele uma fórmula pronta para interpretar ou explicar situações políticas e socioculturais imediatas.

Uma das características mais salientes do trabalho que Gramsci levou adiante na prisão e na clínica de Fórmia é a atenção meticulosa que devotou para aspectos específicos e distintos dos fenômenos que estudava. Sua maior objeção ao *Historical Materialism: a System of Sociology* [Materialismo Histórico: um sistema sociológico] (1921), de Bukharin, à teoria marxista ortodoxa e, em geral, às geral doutrinas abrangentes ou teorias totalizantes, é

que estas subordinam o concreto e o particular à generalidades teóricas ou leis de validade universal, apagando a especificidade do particular, a multiplicidade e diferença em favor de esquemas explicativos pré-fabricados. Gramsci imaginava um partido político (i.e. o “organismo coletivo”) que não formula seu conhecimento sobre o “sentimento popular” das leis estatísticas geradas pela sociologia quantitativa; ao contrário, ele escreve, o partido adquire conhecimento por meio da “ ‘coparticipação ativa e consciente’, da ‘paixão compartilhada’, da experiência dos particulares imediatos, de um sistema que se poderia chamar de ‘filologia vivente’” (Q11, §25).

As incontáveis páginas que Gramsci dedicou ao exame minucioso de desenvolvimentos históricos específicos, correntes sociais, movimentos culturais, instituições civis e políticas, etc., inevitavelmente ancoram uma parcela substancial de seus escritos em tempos e contextos ao tempo de sua composição. O leitor típico é tentado a pular estas passagens enquanto procura por afirmações mais aplicáveis em termos amplos – talvez universal e trans-histórico. Ao fazer isso, contudo, acaba por ignorar ou subestimar a maneira como Gramsci trabalhou e como chegou às conclusões que chegou; como resultado, mesmo que aprenda a parafrasear de maneira mais ou menos correta os conceitos, categorias e teorias geralmente associadas ao seu pensamento, falha em aprender com ele como realizar efetivamente o tipo de crítica política vigorosa que ele produziu em seu tempo. Para ilustrar o que estou dizendo, vou citar uma passagem dos *Cadernos* que acredito especialmente pertinente à situação política e cultural dos dias atuais em muitos países. Em uma de suas séries de notas sobre “Noções enciclopédicas”, Gramsci escreve:

“*A opinião pública.* O que se chama ‘opinião pública’ está em estreita conexão com a hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a ‘sociedade civil’ e a ‘sociedade política’, entre o consenso e a força. O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil. História da ‘opinião pública’: naturalmente elementos de opinião pública sempre existiram, mesmo nas satrapias asiáticas; mas a opinião pública, como hoje se entende, nasceu às vésperas da queda dos Estados absolutos, ou seja, no período de luta da nova classe burguesa pela hegemonia política e pela conquista do poder.

A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública que poderia ser discordante: por isso existe a luta pelo monopólio dos muitos órgãos da opinião pública: jornais, partidos, parlamentos, de maneira que uma única força modele a opinião e, assim, a vontade política nacional, dissolvendo os discordantes em poeira individual e inorgânica” (Q7, §83).

As conexões destas notas com conceitos gramscianos conhecidos – como hegemonia, sociedade civil, estado integral – são muito óbvias e explícitas para exigir explicação. Menos óbvia é a relação desta nota com centenas de páginas de seus cadernos dedicadas ao jornalismo, muitas das quais sob rubrica “Revistas-tipo”; e, ainda, é nestas páginas frequentemente puladas pelo leitor médio que Gramsci examina em mínimo detalhe as diferentes formas nas quais jornais e periódicos ajudam a criar, promover e sustentar os determinantes socioculturais e políticos resultantes do *Risorgimento*, a persistência do “transformismo”, a ascensão do fascismo e muito mais. Estas análises são um elemento essencial do trabalho de Gramsci; sem elas, ele não teria adquirido o entendimento profundo da rede de relações entre as partes constituintes da sociedade civil, suas interconexões com a sociedade política e a produção do senso comum que – tomados conjuntamente – formam o núcleo do conceito de hegemonia. Ele estava compelido a todo este trabalho exigente porque entendia a especificidade da história e sociedade italiana; o que era verdadeiro para os jornais franceses, apontou em outras notas (e.g. Q8, §7), não se aplicava para a Itália.

Para levar adiante hoje o tipo de crítica política que encontramos em Gramsci é preciso conduzir a mesma pesquisa paciente e minuciosa que ele realizou – e ainda mais, já que muitas mudanças se deram ao longo das décadas nos meios de disseminação da informação e nas infinitas e mais intrincadas formas nas quais esta é manipulada, condicionada financeiramente, disposta tecnologicamente, etc. É uma tarefa que precisa ser implementada separadamente em cada país e região (já que a globalização não é equacionada de maneira homogênea) e que precisa se projetar até embaixo, até o nível capilar. Avanços na tecnologia da informação, claro, tornam o desafio mais fácil ou, ao menos, consome menos tempo do que para Gramsci e seus contemporâneos. Em todo caso, é um desafio de maior urgência pois, como Gramsci assinalou, a luta pelos organismos da opinião pública não é nada

menos que a luta pelo monopólio do poder que, como estamos vendo em muitos países, incluindo os Estados Unidos, ameaça hoje a própria democracia.

Gramsci, sem dúvida, experimentou diretamente e sob um enorme custo pessoal o colapso da democracia e o estabelecimento de um estado absoluto. Em uma de suas notas mais arrepiantes, apontou a fragilidade da sociedade civilizada e a facilidade com que, em uma sociedade civil corrupta e enfraquecida, o pensamento crítico havia se tornado impotente. Exemplar esta breve passagem de uma nota sobre Achille Loria e o *lorianismo*, ou seja, sobre intelectuais tidos em alta conta pelos seus contemporâneos apesar da crueza e descuido que caracterizavam sua atividade intelectual e oportunismo político:

“Apenas hoje (1935), depois das manifestações de brutalidade e ignomínia inéditas da ‘cultura’ alemã dominada pelo hitlerismo, alguns intelectuais se deram conta do quão frágil é a civilização moderna – em todas as suas expressões contraditórias, mas necessárias em suas contradições – impulsionada pelo primeiro renascimento (depois de Mille) e imposta como dominante por meio da Revolução Francesa e do movimento de ideias conhecido como ‘filosofia alemã’ e como ‘economia clássica inglesa’” (Q28, §1).

Achille Loria, nota Gramsci, “não é um caso teratológico individual” e, ainda mais, “todo período tem o seu lorianismo mais ou menos completo e perfeito, e cada país tem o seu”. Hoje, ao que parece, o lorianismo é galopante, sendo o próprio trabalho de Gramsci assaltado pelo que poderíamos chamar de “filologia lorianiana”. Para reagir à conjuntura histórica tão preocupante que todos experimentamos, faríamos bem em estudar Gramsci com a mais alta seriedade e aprender com ele como formular e conduzir a política adequada para nosso tempo e lugar.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, P. *Antinomias de Antonio Gramsci : estratégia revolucionária na atualidade*. São Paulo: Joruês, 1986 [1976].
- BUKHARIN, N. *Materialism: a System of Sociology*. USA: International Publishers, 1925 [1921].

- FRANCIONI, G. *L'Officina gramsciana: ipotesi sulla struttura dei Quaderni del carcere*. Napoli: Bibliopolis, 1984.
- FROSINI, F.; Liguori, G. *Le parole di Gramsci: per un lessico dei Quaderni del carcere*. Roma: Carocci, 2004.
- GERRATANA, V. *Problemi di metodo*, Roma: Editori Riuniti, 1997.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere*. Torino: Einaudi: 1975. 4v.
- LIGUORI, G; Voza, P. (orgs.) *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017 [2009].
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios, 2015 [1985].
- MONTANARI, M. *Pensare la democrazia. Antologia dei Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 1997.
- THOMAS, P. *The Gramscian Moment. Philosophy, hegemony and Marxism*. Leiden: Brill, 2009.